

Moderna Ambiental S/A

CNPJ/MF nº 23.733.677/0001-34

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Reais omitidos os centavos)

| Balança Patrimonial                             |       |                   |                      |                            | Demonstração dos Resultados |                   |                   |  |                 | Demonstração dos Fluxos de Caixa                  |   |                |             |  |
|---|-------|-------------------|----------------------|----------------------------|-----------------------------|-------------------|-------------------|--|-----------------|---|---|----------------|-------------|--|
| Ativo   | Notas | 2023              | 2022                 | Passivo                    | Notas                       | 2023              | 2022              |  | 2023            | 2022  |   | 2023           | 2022        |  |
| <b>Circulante</b>                               |       | <b>4.238.649</b>  | <b>4.255.806</b>     | <b>Circulante</b>          |                             | <b>1.811.579</b>  | <b>1.434.347</b>  | <b>Receita (Despesas) Operacionais</b>               |                 | <b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b> |   | <b>2023</b>    | <b>2022</b> |  |
| Caixa e equivalentes de caixa                   | 3     | -                 | 668                  | Fornecedores               |                             | 2.944             | 20.461            | Despesas gerais e administrativas                    | (74.868)        | (55.178)  | Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício           | (74.706)       | (52.922)    |  |
| Contas a Receber                                | 4     | 4.220.592         | 4.220.592            | Partes relacionadas        | 6                           | 1.808.635         | 1.413.886         | Receitas (despesas) financeiras líquidas             | 162             | (707)   | <b>Ajustes ao Prejuízo Líquido do Exercício</b> |                |             |  |
| Outras Contas a Receber                         |       | -                 | 17.775               | Adiantamento de Clientes   |                             | -                 | -                 | Outras receitas (despesas) líquidas                  |                 |   | Depreciações                                    | 8.968          | 1.799       |  |
| Impostos a Recuperar                            | 5     | 18.056            | 16.771               | Provisão para I.Renda/CSLL |                             | -                 | -                 | <b>Lucro (Prejuízo) Operacional</b>                  | <b>(74.706)</b> | <b>(55.885)</b>                                   | <b>Variações nas Atividades Operacionais</b>    |                |             |  |
| <b>Não Circulante</b>                           |       | <b>46.280.839</b> | <b>45.961.155</b>    | <b>Não Circulante</b>      |                             | -                 | -                 | Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social | -               | 2.963   | Contas a Receber                                | -              | 165.167     |  |
| <b>Realizável a Longo Prazo</b>                 |       | <b>45.034.457</b> | <b>45.034.457</b>    | <b>Patrimônio Líquido</b>  |                             | <b>48.707.909</b> | <b>48.782.615</b> | <b>Lucro (Prejuízo) do Exercício</b>                 | <b>(74.706)</b> | <b>(52.922)</b>                                   | Impostos a Recuperar                            | (1.285)        | 5.783       |  |
| Partes relacionadas                             | 6     | 45.034.457        | 45.034.457           | Capital social             | 8                           | 49.256.261        | 49.256.261        |  |                 |   | Adiantamento a Fornecedores                     | 17.775         | 275.568     |  |
| Imobilizado                                     | 7     | 1.245.171         | 925.487              | Prejuízos acumulados       |                             | (548.352)         | (473.646)         |  |                 |   | Fornecedores                                    | (17.517)       | (5.216)     |  |
| Intangível                                      | 7     | 1.212             | 1.212                | <b>Total do Passivo</b>    |                             | <b>50.519.488</b> | <b>50.216.962</b> |  |                 |   | Adiantamento de Clientes                        | -              | (500)       |  |
| <b>Total do Ativo</b>                           |       | <b>50.519.488</b> | <b>50.216.962</b>    |                            |                             |                   |                   |  |                 |   | Imposto de Renda e Contribuição Social          | -              | (9.877)     |  |
|   |       |                   |                      |                            |                             |                   |                   |  |                 |   | <b>(1.027)</b>                                  | <b>430.925</b> |             |  |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido |       |                   |                      |                            |                             |                   |                   |  |                 |   |   |                |             |  |
|   |       | Capital social    | Prejuízos acumulados | Total                      |                             |                   |                   |  |                 |   |   |                |             |  |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>         |       | <b>49.256.261</b> | <b>(420.723)</b>     | <b>48.835.537</b>          |                             |                   |                   |  |                 |   |   |                |             |  |
| Prejuízo líquido do período                     |       | -                 | (52.922)             | (52.922)                   |                             |                   |                   |  |                 |   |   |                |             |  |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>         |       | <b>49.256.261</b> | <b>(473.645)</b>     | <b>48.782.615</b>          |                             |                   |                   |  |                 |   |   |                |             |  |
| Lucro líquido do período                        |       | -                 | (74.706)             | (74.706)                   |                             |                   |                   |  |                 |   |   |                |             |  |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>         |       | <b>49.256.261</b> | <b>(548.351)</b>     | <b>48.707.909</b>          |                             |                   |                   |  |                 |   |   |                |             |  |

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto operacional

- A Companhia, constituída e organizada sob a forma de Sociedade Anônima, nos Termos da Lei 6.404/76, opera sob a denominação social de Moderna Ambiental S.A., e tem sede social na Rua Engenheiro Antonio Jung, 220, conjunto 61 – Sala B, Vila Andrade, São Paulo, SP, CEP 05721-220, podendo criar, instalar, transferir ou extinguir sucursais, filiais, agências, representações ou escritórios onde e quando for julgado necessário por sua Diretoria, em qualquer local do território nacional ou exterior. A Companhia tem por objeto a execução de obras e serviços relativos aos sistemas de limpeza pública e privada, saneamento ambiental, inclusive construção pertinente a tais objetivos, no território nacional ou no exterior, tendo como compromisso precípuo a proteção, preservação e a melhoria constante do meio ambiente, para entidades públicas e privadas, sob regime de contratação, de permissão, de autorização ou de concessão de: (a) Varrição manual e mecanizada de vias e logradouros; (b) Limpeza e conservação de monumentos, de faixas de areia, de praias, de praças, parques e de área ajardinadas; (c) Lavagem, roçagem e capinação de áreas vegetadas, de vias e rodovias; (d) Dessassoreamento e limpeza de bocas de lobo, galerias de águas pluviais, redes de água e desobstrução de ramais de ligação; (e) Remoção manual e mecanizada de entulho e sobras de obras; (f) Coleta e transporte e de resíduos domiciliares, de feiras livres, hospitais, de estabelecimento de serviços de saúde, comerciais, industriais, derivados de petróleo e de todos aqueles resultantes dos serviços de varrição e de limpeza de vias e logradouros; (g) Coleta seletiva de materiais recicláveis; (h) Elaboração de projeto, implantação, fornecimento, construção, montagem eletromecânica e operação de unidades de biogas, estação de transbordo ou transferência, centrais de reciclagem, usinas de compostagem e de tratamento, trituração e de incineração de resíduos domiciliares, inertes, comerciais, industriais, hospitalares e de estabelecimentos de serviços de saúde; (i) Elaboração de projeto, implantação, fornecimento, construção, montagem e operação de unidades de usina para obtenção de fontes alternativas de energia; (j) Comercialização dos produtos e subprodutos obtidos a partir das usinas de compostagem e de reciclagem de resíduos; (k) Elaboração de projeto, implantação, construção, recuperação ambiental, terraplanagem, e operação de aterros sanitários de resíduos domiciliares, de resíduos industriais e de resíduos inertes, energéticos, públicos ou privados; (l) Prestação de serviços relativos à construção, administração, gerenciamento, supervisão, estudos, projetos e a execução de quaisquer obras e serviços de engenharia civil, em todas as suas modalidades técnicas e econômicas.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

- 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os

Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). 2.2. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis da sociedade estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação. 2.3. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, demonstrado pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, tendo como contrapartida o resultado do exercício. 2.4. Instrumentos financeiros: A administração classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e suas classificações são definidas no reconhecimento inicial. Mensurados ao valor justo por meio de resultado são os ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente e encontram-se registrados no Ativo Circulante. Os ganhos ou perdas apuradas são apresentados na demonstração do Resultado na rubrica de Receitas Financeiras Líquidas, no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tivesse sido contratado em conexão com outra operação. Empréstimos e recebíveis são os valores concedidos e os créditos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses. 2.5. Imobilizado: O imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e das provisões por perdas no valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que representam a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.6. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. 2.7. Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Sociedade decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. 2.8. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. Julgamentos: A preparação das

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Enfase – Valor de realização de créditos de empresas ligadas – Sociedade mantém registrado em seu Ativo não circulante créditos provenientes de operações de mútuo com empresas coligadas e/ou controladas, devidamente formalizadas contratualmente, cuja realização dependerá da geração de caixa dessas empresas em montante suficiente para garantir a quitação dos créditos. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis – A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis – Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício (74.706) (52.922)

Ajustes ao Prejuízo Líquido do Exercício

Depreciações 8.968 1.799

(65.383) (51.123)

Variações nas Atividades Operacionais

Contas a Receber - 165.167

Impostos a Recuperar (1.285) 5.783

Adiantamento a Fornecedores 17.775 275.568

Fornecedores (17.517) (5.216)

Adiantamento de Clientes - (500)

Imposto de Renda e Contribuição Social - (9.877)

(1.027) 430.925

Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais

Atividades de Investimento

Aquisição(Redução) de Ativo Imobilizado e Intangível (328.652) (914.114)

Caixa Gerado (Aplicado) nas Atividades de Investimentos

Atividades de Financiamento

Empréstimos de partes Relacionadas 394.749 534.312

Caixa Gerado (Aplicado) nas Atividades de Financiamento

Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa (668) -

Caixa e Equivalentes no início do exercício 668 668

Caixa e Equivalentes no final do exercício - 668

2023 2022

Custo Depreciação

Corrigido Acumulada Líquido Líquido

Máquinas e Equipamentos 135.000 (11.426) 123.574 11.713

Veículos 465.000 (6.370) 458.630

Imobilizado em andamento 662.967 - 662.967 914.314

Imobilizado 1.262.967 (17.796) 1.245.171 925.487

Acervos Técnicos 1.212 - 1.212 1.212

Intangível 1.212 - 1.212 1.212

O imobilizado contempla as readequações de valores (custo atribuído), incorporados em seu patrimônio, baseados em laudos de avaliação, conforme previa os procedimentos inerentes as determinações expressadas na Lei 11.638/07, do Conselho Federal de Contabilidade e do Comitê de Pronunciamento Contábil – ICPCL 10 referente ao Ativo Imobilizado.

8. Capital social – O capital social está representado por 49.256.261 ações ordinárias pelo valor unitário de R\$ 1,00 cada.

2023 2022

Diretoria

Adilson Alves Martins – Diretor Presidente

Bruno de Bartolo Martins – Diretor

Leonel Hernan Emilio Bustia – Diretor

Marcelo Duarte de Oliveira – Diretor

Contadora

Marlene Maria Teixeira de Oliveira – CRC 1SP 199.702/0-3

Aos Acionistas e administradores da Moderna Ambiental S.A. – São Paulo-SP

Opinião sem ressalva – Examinamos as demonstrações contábeis da Moderna Ambiental S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo nessa data, assim como o resultado das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, posição patrimonial e financeira da Moderna Ambiental S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis – Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Enfase – Valor de realização de contras a receber – Chamamos a atenção que a Sociedade mantém registrados créditos provenientes de prestação de serviços realizados em exercícios anteriores, no valor total de R\$. 4.220.592 (R\$. 4.220.592 em 2022), que, de acordo com seus assessores jurídicos, tem alta probabilidade de realização.

Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Enfase – Valor de realização de créditos de empresas ligadas – Sociedade mantém registrado em seu Ativo não circulante créditos provenientes de operações de mútuo com empresas coligadas e/ou controladas, devidamente formalizadas contratualmente, cuja realização dependerá da geração de caixa dessas empresas em montante suficiente para garantir a quitação dos créditos. Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis – A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis – Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam

as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas

Nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de junho de 2024.

Triade Auditores Independentes – CRC SP 015.090/0-5

Sérgio de Andrade Behrend – Sócio Diretor

As evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumparamos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de junho de 2024.



Monte Rodovias S.A.

CNPJ/MF nº 37.702.340/0001-74 - NIRE 35.300.557.352

Certidão da Ata de Reunião do Conselho de Administração em 08/08/2024

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de agosto de 2024, às 8:30 horas em epígrafe foi registrada sob o nº 304.288/24-0 em 15/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Dierberger Agrícola S.A.

CNPJ/MF nº 51.462.349/0001-86 - NIRE 35.300.062.698

Assembleia Geral Extraordinária - Convocação

São convocados os Senhores Acionistas desta Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 23 de agosto de 2024, às 14h00 na Av. Industrial Dr. José Erineu Ortigosa, nº 827, sala A, Distrito Industrial, CEP 17347-614, Barra Bonita, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: **a)** Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados e demais peças contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2023; **b)** Eleição da Diretoria para o mandato do triênio 2024/2027; **c)** Outros assuntos de interesse da sociedade, pertinentes à matéria. Aham-se à disposição dos Senhores Acionistas, no endereço acima, os documentos da Administração. Barra Bonita, 16 de agosto de 2024. **João Andreas Dierberger - Diretor Presidente** (16, 17 e 20/08/2024)

Dierberger Óleos Essenciais S.A.

CNPJ/MF nº 61.142.089/0001-15 - NIRE 35.300.012.844

Assembleia Geral Extraordinária - Convocação

São convocados os Senhores Acionistas desta Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 23 de agosto de 2024, às 10h00 na Av. Industrial Dr. José Erineu Ortigosa, nº 827, sala A, Distrito Industrial, CEP 17347-614, Barra Bonita, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: **a)** Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados e demais peças contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2023; **b)** Eleição da Diretoria para o mandato do triênio 2024/2027; **c)** Outros assuntos de interesse da sociedade, pertinentes à matéria. Aham-se à disposição dos Senhores Acionistas, no endereço acima, os documentos da Administração. Barra Bonita, 16 de agosto de 2024. **João Andreas Dierberger - Diretor Presidente** (16, 17 e 20/08/2024)

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 62.550.256/0001-20 | Companhia

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Companhia para participar da Assembleia Geral Extraordinária a se realizar presencialmente na sede da empresa, localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 867, 6º andar, conjunto 61, sala 2, bairro Bela Vista, CEP 01.311-100, no dia 23/08/2024, às 15 h. **Ordem do Dia:** (i) alteração do objeto social; (ii) aumento do capital social; e (iii) alteração e consolidação do estatuto social da Companhia. **Documentação necessária para participação:** documento de identificação do acionista ou seu representante legal. Caso o acionista seja representado por procurador, enviar o instrumento de mandato na forma da lei e do estatuto social com antecedência mínima de 24 horas para o e-mail: [societario@hapvida.com.br](mailto:societario@hapvida.com.br). São Paulo/SP, 14 de agosto de 2024. **Diretor Presidente - Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima.** (15, 16 e 17/08/2024)

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª Série da 1ª Emissão da BSI Capital Securitizadora S.A. a ser realizada em 06 de setembro de 2024

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 7ª série da 1ª Emissão da BSI Capital Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos da cláusula 10 do Termo de Securitização, celebrado em 09 de outubro de 2020, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia **06 de setembro de 2024**, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: a) Declaração ou não de vencimento antecipado: deliberar, à luz das informações prestadas pelas Devedoras CAPP4 e C&M, que identificaram a impossibilidade de finalização das obras dos Empreendimentos com os recursos inicialmente captados através da oferta dos CRI, a respeito da declaração do vencimento antecipado dos CRI ou não; b) Reestruturação da operação: caso não aprovada a declaração de vencimento antecipado, deliberar sobre reestruturação dos seguintes aspectos da operação: (i) concessão de carência de 12 (doze) meses para pagamento de juros e amortização dos CRI, a contar da parcela de Junho/2024, sem pagamento de prêmio ou multa pelas Devedoras CAPP4 e C&M e a consequente alteração no fluxo de pagamento; (ii) autorizar a substituição do cronograma de obras dos Empreendimentos com a conclusão das obras até seis meses para o empreendimento Quartier Maricá Parc e três meses para o término do empreendimento Quartier Itaboraí Club; c) Autorização de novo CRI: deliberar sobre a autorização às Devedoras CAPP4 e C&M e aos Fiadores para que tomem nova dívida via mercado de capitais, através de nova emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, no valor de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ("Novo CRI"), com a consequente autorização para que as Devedoras CAPP4 e C&M e os Fiadores possam assumir obrigações perante terceiros, prestar garantias ou aval, alienar e/ou impor ônus sobre seus ativos. O Novo CRI e os CRI 7ª Série da 1ª Emissão deverão contar com hipótese de vencimento antecipado em caso de descumprimento ou inadimplemento de quaisquer das operações (*Cross default*); d) caso aprovados os itens (a) a (c) acima, aprovar discutir e deliberar sobre a alteração de eventuais outros termos e condições relativos aos CRI, com o consequentemente aditamento de toda a documentação dos CRI. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRI de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para [amanda.melo@bsicapital.com.br](mailto:amanda.melo@bsicapital.com.br) [fiduciario@commsor.com.br](mailto:fiduciario@commsor.com.br), identificando no título do e-mail a operação CRI 7ª Série da 1ª Emissão), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física:** cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes:** cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. São Paulo, 15 de agosto de 2024. **BSI Capital Securitizadora S.A.** (17, 20 e 21/08/2024)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)



Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/08/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

